



ESPELHO: AUTOETNOGRAFIA DE TRAJETÓRIA NA VIDA, NO TRABALHO E NA MILITÂNCIA

ESPEJO: AUTOETNOGRAFÍA DE VIDA, TRABAJO Y CAMINO MILITAR

MIRROR: AUTOETNOGRAPHY OF LIFE, WORK AND MILITARY PATH

Marielda Barcellos Medeiros¹

RESUMO

Esta escrita tem como objetivo, a realização de uma autoetnografia, onde tomo como base minhas experiências de vida, docência e militância. Minha opção por esta metodologia se ancora na possibilidade de poder relacionar as trajetórias que, de certo modo, me impulsionaram e ainda impulsionam a relação que estabeleço com o mundo. Escolher a autoetnografia foi estabelecer a partir da delimitação do foco aqui estabelecido, a compreensão dos contextos de vivência, de sentimentos e aprendizagem do sujeito que se investiga.

Palavras-chave: Trajetória; Militância; Autoetnografia; Negritude

RESUMEN

El propósito de este escrito es la realización de la auto-etnografía, basada en mis experiencias de vida, enseñanza y activismo. Mi elección para este enfoque metodológico se basa en la posibilidad de poder relacionar las trayectorias que, de cierta manera, me impulsaron y aún impulsan la relación que establezco con el mundo. La elección de la autoetnografía consistía en establecer, a partir de la delimitación del enfoque establecido aquí, la comprensión de los contextos de experiencia, sentimientos y aprendizaje del tema que se investiga.

Palabras clave: trayectoria; Militancia; Autoetnografía; Negritude

ABSTRACT

¹ Medeiros, Marielda Barcellos – Professora/Pedagoga e Especialista em Educação/UFPEL; Mestra em Educação/UNIPAMPA; Doutoranda do PPGAnt/UFPEL; Coordenadora do NEENPEL (Núcleo de Educadoras e Educadores Negros de Pelotas); Coordenadora do Centro Cultural Marrabenta/Pelotas-Maputo. Universidade Federal de Pelotas/UFPEL – Pelotas RS – Brasil.
E-mail: mananegra@gmail.com

The purpose of this writing is the realization of self-ethnography, based on my life experiences, teaching and activism. My choice for this methodological approach is based on the possibility of being able to relate the trajectories that, in a certain way, boosted me and still drive the relationship I establish with the world. Choosing self-ethnography was to establish from the delimitation of the focus established here, the understanding of the contexts of experience, feelings and learning of the subject being investigated.

Keywords: Trajectory; Militancy; Auto-ethnography; Blackness

Introdução

Os meninos a volta da fogueira
Vão aprender coisas de sonho e de verdade
Vão aprender como se ganha uma bandeira
E vão saber o que custou a liberdade...²

Pensar nesta escrita foi estabelecer inicialmente o “ongira”³, um caminho, que possibilite perceber e observar, com raras exceções hoje, que na escola e/ou independente do espaço onde se constitui, a história nos foi negligenciada, negada.

Começo esta escrita, indicando que trago nela o eu e outros, pois percebo que nesta trajetória nunca estive só, estive sempre atravessada por várias/os outras/os que colaboraram e colaboram com meu crescimento, que me encorajam, desafiam, caminharam e caminham ao meu lado, mesmo aquelas/es distantes, me orientavam e continuam a suscitar reflexão, que eu depois traduzia e traduzo para minha prática educativa e militante. “Não mexe comigo, eu não ando só”⁴.

Com o caminhar lado a lado, observo a presença das mulheres quilombolas no Seminário das Mulheres do campo, das águas, florestas e cidades, promovido pelo Coletivo Feminista Dandaras/FURG/RS. Neste, estabelecemos diálogos de fortalecimento das nossas histórias, lutas, conquistas e do nosso protagonismo, valorizamos e pontuamos nosso local de fala, bem como, estabelecemos diálogo com as outras mulheres de povos tradicionais, valorizando a diversidade e estabelecendo um diálogo amplo e fraterno entre nós.

Este seminário me fez perceber que o não andar só, é poder, de certo modo, trazer essas vozes para uma pauta coletiva que possibilite uma conexão entre nós, independente do território que ocupamos, compartilhamos identidades, vivências e

² Música de Rui Mingas, Manoel Rui Monteiro, Martinho da Vila - A volta da Fogueira.

³ Palavra Banto (língua africana da região de Angola) que uma das traduções pode ser caminho.

⁴ Música Não mexe comigo – Maria Bethanea

memórias. É, na minha forma de pensar, saber o que é ser mulher negra neste mundo onde continuamos a ser violentadas, invisíveis e desumanizadas por uma história que somente nos julga pela cor de nossa pele e não por nosso caráter.

No texto que apresento trago outros autores, que atendam as demandas do caminho que busco percorrer nesta escrita, com base em escritas anteriores, já utilizadas em outros trabalhos, onde tive a oportunidade de apresentar e falar da minha experiência de vida.

Como diz Sylvie Fortin:

a auto-etnografia (próxima da autobiografia, dos relatórios sobre si, das histórias de vida, dos relatos anedóticos) se caracteriza por uma escrita do “eu” que permite o ir e vir entre a Experiência pessoal e as dimensões culturais a fim de colocar em Ressonância a parte interior e mais sensível de si. (FORTIN,2009, p.83)

A autoetnografia que realizo na minha investigação e neste caso evidenciada com fortes traços da autobiografia, trazem os relatórios de minha experiência. Mesmo que seja pouco comum no universo onde estudo, em meio a antropologia, não há forma de apresentar este contexto que investigo que não seja tratando das histórias de vida e dos relatos endógenos que apresento. Cabe dizer que este se comunga e se revela na interação com o relato dos outros, uma prática mais usual da antropologia. A escrita então vai se revelando a cada momento de uma experiência em comum com a comunidade, que é minha comunidade.

As características desta escrita como uma “escrita do eu”⁵, indica a interação de minha experiência na minha “dimensão cultural”, dando força às formas ressonantes que partem de meu “interior sensível” na relação com os meus que me cercam. Esta beleza da imersão em mim e nos meus é que produz uma riqueza de autoafirmação, que é ancestral do meu povo. Descrevo minha vida pessoal atrelada ao contínuo processo de ensino-aprendizagem e militância na comunidade negra de Pelotas, movimento que esteve sempre presente e direcionado por fatos e escolhas pessoais.

A saber sou Marielda Barcellos Medeiros, nasci no dia 08 de agosto de 1965, em Pelotas, sou de família humilde, mãe costureira que não concluiu o ensino fundamental e pai, que parte de sua vida viveu no então abrigo de menores, de onde aos 18 anos saiu com a profissão de gráfico, meu maior incentivador aos estudos, pois carregava com ele um conhecimento geral invejável de um leitor nato.

⁵ www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view

A cidade de Pelotas, onde resido desde que nasci, está localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul a 250 quilômetros de Porto Alegre, capital do estado. Possui uma população estimada de 342.053 habitantes (IBGE, 2014) e é a terceira cidade mais populosa do estado, com contingente entre os que se declaram pardos e pretos de 59.567 habitantes.

O município de Pelotas está localizado às margens do Canal São Gonçalo, canal que liga as Lagoas dos Patos e Mirim. Com limite ao Norte com Turuçu e São Lourenço do Sul, e, ao Sul com Rio Grande e Capão do Leão. À Leste com a Lagoa dos Patos e a Oeste com Canguçu e Morro Redondo. A história econômica do município se destaca pela produção do charque, que era enviado para todo o Brasil e que fez a riqueza de Pelotas em tempos passados. O nome da cidade originou-se das embarcações de varas de corticeira forradas de couro, usadas para a travessia dos rios na época⁶.

Nesta complexidade cultural, regional e no campo de atuação aqui observado, encontro motivação onde ao vivenciar as relações internas e externas ao espaço já observado fui percebendo como se constrói minha caminhada, visto que me encontrei na luta contra qualquer tipo de preconceito e/ou discriminação, aprendendo inclusive a começar a superar o machismo, o que observo quando falo da presença das mulheres.

Revisitando minhas memórias, recordo alguns momentos significativos das experiências da minha caminhada na infância, adolescência, na educação formal e na militância. Memória de uma criança, que segundo meus pais e familiares “estava sempre à frente do seu próprio tempo”, menina curiosa, falante, travessa, questionadora, atrevida em alguns momentos, infância que transformei em poema.

Minha Infância

Joguei bulita, pés descalços
O taco, pega-pega, esconde-esconde
Pula corda, elástico, gata cega
Que magia a infância que tive
Tudo era sonho, fantasia
Histórias inventadas, contadas, ouvidas
Uma infância bem vivida!!!⁷

Naquele período, a partir das travessuras, dei alguns sustos que deixaram marcas “assinadas em meu corpo”, na sobrancelha, sobre a bochecha e na cabeça. Não existia

⁶ PREFEITURA DE PELOTAS. Primeira referência histórica de Pelotas. (sem ano). Online. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/historia.php>> Acesso em: 10 mar. 2015.

⁷ Medeiros, Marielda. Escrita que compõe o fanzine Mana Negra/Negritude Poética, lançado em dezembro de 2018.

brincadeira de menino ou menina, estávamos sempre “juntas/os e misturadas/os”, como falam MV Bill e Kmila, no CD “Junto e misturado”⁸, nosso lema era diversão e alegria.

Tem origem na memória da menina, que iniciou a vida escolar com sete anos de idade, estudando sempre em instituições públicas, que na Educação Básica teve seu primeiro espaço de enfrentamento ao preconceito e discriminação. Para Chauí (2010, p.164), “memória que não é simples lembrar e recordar, mas revela uma das formas fundamentais de nossa existência, que é a relação com o tempo, com aquilo que está invisível, ausente e distante, isto é, o passado[...]”.

Destaco que a consciência que ali se processava já em tão tenra idade determinava minha postura e as formas como iria abordar os fatos. É um lugar afrocentrado (Xavier, 2017). Um discurso já político que se processava no enxergar e dialogar com outras/os parecidas/os comigo. As cosmologias se apresentavam numa “razão indolente” (Xavier, 2017, p. 4), que minha comunidade se fazia ver e crer.

Me tornei adolescente, com 14 anos coloco uma mochila nas costas e vou para capital do RS, Porto Alegre para “militar”; aos dezesseis anos, com muita dificuldade, no segundo ano de magistério, encorajei-me a “dar aula”, enfrentando contratempos, mas nunca pensando em desistir. A consciência que se depositara na infância agora se configura como afrocêntrica, como uma “perspectivista”, como um “significativo ponto de vista” de uma conceituação não europeia cujo “principal componente” de orientação ou pode se dizer de “localização”, de tomada de “posição”, era do “ponto de vista afrocêntrico”. Eu olhava sem perceber de forma direta como percebo agora que eu examinava tudo que fazia “através do olhar do povo africano enquanto sujeito de experiências históricas” (Farias, 2003, p 332), numa busca de colocar as minhas formas de pensar como formas centrais ao meu fazer existir.

Período que, entre questões e situações de desassossego, principalmente, como mulher, negra e militante, era instigada a buscar outros conhecimentos que colaborassem para justificar minhas inquietações diante de um contexto diverso e, para os negros, historicamente injusto.

A intenção é dar início ao caminho direcionado ao fazer interpretativo na forma afro-brasileira (SODRE, 2017). Nesse caminhar numa (velha) nova linguagem é necessário perceber que o sistema engendrado pela antropologia atinge este outro que somos o nós (cf. SAID, 1990, p. 24). Abre-se então o caminho etnográfico.

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=6vQZdO6X5Vg>

Eu na busca, quero me tornar uma etnógrafa, e este sentimento se faz mais potente ainda, tendo em vista que venho de um universo onde as lutas diárias me impediram de focar profundamente os ensinamentos científicos. Hoje me debruço sobre ele e, no entanto, recebo toda a carga da mudança de curso, que as novas ideias trazem para dentro da academia, carga do pensamento das comunidades que a muito não levavam a escrita consigo.

Pretendo aqui, com este texto, possibilitar uma leitura com visão de mundo diferenciada, como forma de ocupar e vivenciar os territórios (SAID, 1990, p. 26-27) a partir da riqueza da expressão negra, priorizando e compartilhando uma experiência que me instigou a ampliar meus estudos e buscar na militância e pesquisa respostas para questões de desassossego.

Este se constitui em ensaio/proposta para elaboração de projeto que possa se transformar e justificar a existência de espaços negros de educação e cultura possíveis para todos, colaborando no enfrentamento do racismo e dos efeitos que ele provoca. Portanto, quando trago em folhas e palavras minha própria autoetnografia, demonstro as formas de viver perante a sociedade, que possui toda uma estrutura vinda de quem me antecedeu, que vem dos meus ancestrais e vai se perpetuando para novas gerações. Sahlins (1990, p 189) afirma, assim, que essa persistência da estrutura é histórica, já que a cultura funciona “como a síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente”.

Construindo meu lugar de fala

Eu sou essas e tantas outras mulheres negras anônimas...
Contando a trajetória das mulheres negras falo de mim
Simultaneamente, crio e recrio a NOSSA HISTÓRIA,
A história de mulheres negras, que não tiveram direito
De conhecer o seu próprio passado. Eu sou todas essas
Mulheres, pois quando conto a história de resistência
Delas desconstruo o silêncio e a subalternidade destinada
Às mulheres negras no Brasil, e à mim. Portanto, descubro
Que NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE... e que SOMOS
TODAS RAINHAS...⁹

Deste modo, cabe observar que nasci em um ambiente familiar (pai, mãe, eu, meu irmão e irmã; tia e seus oito filhos) onde, nos gestos e ações, muitas vezes sem a concretude das falas, mas reveladas na expressão corporal, me fizeram perceber que eu

⁹ Barbosa, Chindalena Ferreira (org). Coleção Histórias das Mulheres Negras Passado, Presente e Futuro, Somos Todas Rainhas, 1ª edição, São Paulo, Realização: Associação Frida Kahlo e Articulação Política de Juventudes Negras, 2011.

era negra, me dando suporte para esta percepção e me fortalecendo, o que me permitiu dizer e hoje se concretiza, que sou uma mulher negra e que tenho uma história.

Percebo que aqui já não sou apenas “eu”, mas que já é visível o “nós” em mim, pois começo a compreender que meus passos vem de longe, que outras mulheres, muitas anônimas, não tiveram a possibilidade de conhecer suas próprias histórias, que lhes furtaram o direito de conhecer o seu próprio passado.

Pequenos detalhes revelados na vida familiar, como, por exemplo, quando minha mãe, sentada em uma cadeira, me colocava entre as suas pernas e trançava meus cabelos. Não era apenas uma questão estética¹⁰, mas uma relação na minha percepção, de afeto e construção de fortalecimento, um simples momento que, possibilitava reflexão sobre este padrão de estética branco e eurocêntrico que negava e até nossos dias, século XXI, persistem em negar os demais grupos raciais¹¹.

Minha mãe, que me trançava cantando, pois durante um período de sua vida foi cantora de rádio e festivais que aconteciam em cidades aqui da nossa região, não percebia a dimensão daquele ato em minha vida, eu começava a construir símbolos e elementos de fortalecimento de minha identidade. Símbolos e elementos que hoje passam por um processo de apropriação cultural¹², a qual me faz, entre tantas outras questões, continuar persistindo.

Hoje sou uma camaleoa, como dizem algumas amigas, meu cabelo não é somente um componente estético, é minha presença cultural em diferentes momentos, espaços/tempo, pode refletir alegria, tristeza ou empoderamento da minha identidade, como diz Nilma Lino Gomes (2008, p.33), “o tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar uma tensão.

A consciência ou o encobrimento desse conflito, vivido na estética do corpo negro, marca a vida e trajetória dos sujeitos. Por isso, para o negro, a intervenção no

¹⁰ é uma palavra grega que quer dizer sensação, percepção. É, dentro da ciência, um ramo da filosofia cujo objeto é o estudo do belo, do seu inverso que é a ausência da beleza e do sentimento que um ou outro causa em nós. Falar do que é belo ou não é relativo, ou deveria sê-lo, por que quaisquer sociedades acabam criando padrões estéticos (Ramos, 2014).

¹¹ O conceito de raça neste artigo, não se baseia em princípios biológicos, mas sim, no princípio de raça como uma construção social e cultural desenvolvido no decorrer do processo histórico. De acordo com a pesquisa de Nilma Gomes no livro *Corpo e Cabelo Como Símbolos da Identidade Negra*, o fenótipo de uma pessoa não pode ser considerado como um simples conjunto de elementos biológicos, porque são eles que expressam racismo e desigualdade racial (editora Autêntica, 2008).

¹² Apropriação Cultural conceitua-se como significados culturais ou religiosos de determinados símbolos, tratando das relações de privilégios que envolvem raça, classe, etnia e religiosidade. Logo, para prática da apropriação cultural, é necessário a existência de dois critérios: o esvaziamento de um significado cultural e o envolvimento de alguma espécie de privilégio de raça, classe, etnia ou religiosidade (Araújo).

cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária.”

Ou, quando ao deitar sobre a cama (sobre a cama éramos eu e mais um ou dois primos/irmãos), fazendo companhia para “Babá”, ouvia suas histórias de mulher negra nascida após Lei do Ventre Livre¹³. Uma delas, que em mim marcou, foi algumas “heranças” que recebeu (uma mesa, uma corrente e um chicote) e que as teve consigo durante um longo período de tempo significativo. Hoje, carrego comigo a lembrança da mesa, pois Babá dizia, “a mesa onde foi colocado o bolo de casamento da mãe de vocês foi uma das minhas heranças”.

Figura 1



Fonte - Foto do arquivo de família¹⁴

A ação do trançar e a mesa (que na foto pouco aparece), criaram vínculo de ancestralidade, me projetaram em uma relação de passado e presente, foi a partir destes momentos entre outros, que começo a construir o local de onde falo, me construindo afrocentrada, prescindindo da ideia de possuir uma identidade afirmativa e positiva.

Não qualificar as armadilhas impositivas da cultura machista em nossa sociedade é desafiador e para poucos. Explicitar as contradições dessa nossa sociedade e ouvir as vozes daquelas que sofreram caladas a violência naturalizada, que ainda nos diz que o sexo masculino tem superioridade e tolera os atos de violência, é um ato corajoso e desafiador.

Percebo nesta análise, uma identidade de resistência que se opõe a identidade imposta pela elite dominante, branca europeizada. Eu um pouco de minha bisavó, avó, minha mãe e um pouco da Babá, sou todas essas mulheres quando falo de resistência,

¹³ Lei também conhecida por Lei Rio Branco, promulgada em 1871, considerava livre todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da data da Lei.

¹⁴ Foto de casamento dos meus pais.

desconstruindo o silêncio e a subalternidade que foram impostas às mulheres negras e, de certo modo, durante um certo tempo à mim.

Há uma ruptura e/ou rebeldia como dizem alguns autores e são estas rebeldias que estabelecem uma identidade negra de resistência que permite fazer valer os valores civilizatórios de circularidade, religiosidade, musicalidade, corporeidade e por fim, reciprocidade presentes neste contexto étnico familiar do qual faço parte, essa circularidade não pertence só a mim, é de todas nós que buscamos fortalecimento coletivo.

La esquecendo de observar, Babá para mim era uma griot, uma sacerdotisa, que como nos fala Nascimento (2006, p.7) “Os sacerdotes de Ifá, os babalawôs, trazem na memória todo esse saber, que é transmitido através da tradição oral”.

Dizer, como observado antes, que a escola foi meu primeiro espaço de enfrentamento ao preconceito e discriminação, me leva ao meu primeiro dia de aula, numa escola pequena próxima a minha casa. Lembro da professora, dos colegas, das carteiras (mesas com banco acoplado onde sentávamos de dupla), 1ª série, mas com um diferencial, a única na sala igual a mim era a professora, Iracilda, pele mais escura que me encantava, lábios com batom sempre vermelho, ela era uma gigante linda!

A partir deste momento inicial até o final da 7ª série, a menina travessa, questionadora e falante, foi sendo, de certo modo, silenciada, pois começava a ter que enfrentar as ações e falas pejorativas, tipo “cabelo carapinha”, “contigo não brinco, tu és negra”, entre outras que me entristeciam.

A pouca ou praticamente nenhuma presença de outras pessoas negras na sala de aula, sermos geralmente dois ou três, não mais que isso de negros/os na turma, se estendeu nas turmas que passei até o ensino médio, não sendo diferente no ensino superior.

As falas pejorativas, me levaram a perceber com olhar observador, o quanto colegas e principalmente as/os professoras/es, preferem ignorar a questão étnico-racial e os conflitos originários desta, como sendo a melhor saída ou para mim, parecendo ser a mais cômoda.

A dificuldade de lidar com o problema étnico
Parece das as professoras a ilusão de que ignorar
É a melhor saída. Em resposta aos inúmeros conflitos
Étnicos, o abafamento do conflito surge como uma opção
Para que o problema desapareça do cotidiano e a sua vítima
Dele esqueça. (CAVALLEIRO, 1998, p.145)

Percebo então, que meu local de fala se constitui vinculado a estas observações e vivências familiar, falo de um lugar que me permite perceber que pertencço a um determinado grupo.

... o princípio predominante organizador das famílias Africanas tem sido consanguíneo e não conjugal: Relações de sangue constituem o núcleo da família. Muitos irmãos e irmãs vivem juntos, juntamente com As esposas dos irmãos e os filhos de todos. Neste tipo De sistema familiar, o parentesco é forjado principalmente Na base das relações de nascimento, não em laços matrimoniais. (OYÈWÚMI¹⁵, 2000, p.5)

Contudo, me permito dizer aqui, que mesmo tendo passado por todos estes momentos que me violentavam emocionalmente, teve a presença de resistências e vitórias e é por isso, que nós mulheres negras precisamos nos apropriar e conhecer nossa história individual que é, de certo modo, coletiva.

Contextualizando a prática

No ano de 1988, ingressei na Universidade Federal de Pelotas, no Curso de Pedagogia, aliando trabalho e estudo, sendo este período o mais sofrido, pois foi difícil conciliar estas tarefas, o que me levou a concluir o curso em um período mais longo. Apesar das dificuldades, foi um período muito gratificante, pois as situações de ensino-aprendizagem e estágios obrigatórios para conclusão do curso permitiram me constituir professora.

Não obstante, existiram diversas formas de resistência ao sistema eurocêntrico que foi estabelecido, onde como mulher negra tinha que dar o “melhor” de mim. As reações de enfrentamento as dificuldades neste período iam desde as ações de resistência através da realização dos trabalhos na graduação, ao planejamento diário das atividades que desenvolvia com as crianças na escola, o que acarretava uma exaustão física e mental, mas que me gratificava quando percebia os resultados, principalmente na aprendizagem das crianças.

Trabalhei inicialmente em uma escola de Educação Infantil particular (1986-1987) e, após a conclusão do curso normal, ingressei na rede pública municipal de ensino, indo trabalhar no Colégio Municipal Pelotense (1988).

¹⁵ É uma filósofa feminista africana. Nasceu na Nigéria e estudou na Universidade de Ibadan e na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Professora associada de Sociologia na SUNY Stony Brook. Oyèwúmi tem sido amplamente reconhecida pelo seu trabalho. Dentre suas obras está o premiado “The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses”.

Foi neste espaço que eu, mulher negra, me construí pessoa que já era defensora dos direitos humanos, pois levava para sala de aula uma pauta antirracista, não discriminatória e que respeitasse as diferenças e suas especificidades. Naquele momento, confesso, não tinha ideia do que estava fazendo o que só fui compreender tempos depois, a partir da fala de uma ex-aluna que hoje está na universidade, ela disse: “a profe sempre trabalhou estas questões, muito antes de estar nas pautas de lutas atuais, nos provocava e provocava nossos pais”.

No Colégio Municipal Pelotense atuei como professora da Educação Infantil e Anos Iniciais e tive a grata experiência de atuar como Coordenadora (1998-1999), seguindo a atuação como professora do Curso Normal Anos iniciais (manhã, 1998 a julho de 2001) e na sequência como professora do Curso Normal Educação Infantil (noite, 2004-2011).

Neste período também os enfrentamos continuaram, pois muitas colegas diariamente, faziam questão de pontuar que aquele espaço (como coordenadora) não era o meu lugar e sem nenhuma restrição, deixavam aparecer sua construção racista.

Me perceber professora e pesquisadora neste momento de minha própria prática e fazer pedagógico, já se estabelecia um trabalho antropológico, pois já se revelava um fazer autoetnográfico. Estar professora e pesquisadora do próprio fazer pedagógico não é uma tarefa fácil, pois estar em uma posição de pertencer a um lugar que é seu e ao mesmo tempo pertence a outros, em um espaço que é a escola, com diferentes relações estabelecidas se torna um desafio.

Em 2001, surgiu um novo desafio, fui convidada a compor a equipe de Supervisores da Coordenadoria de Políticas Educacionais na Secretaria Municipal da Educação de Pelotas, hoje SMED, onde, com outras colegas, coordenava o Projeto Quilombo na Escola, fruto da minha prática a como professora e militante preocupada com a escolarização das crianças negras.

Nem tudo são flores, neste momento percebo que o fato de ser militante e possuir curso superior, não me livrou das garras do racismo e, de certo modo, começava a perceber a existência de um racismo institucional e que nós, mulheres negras, continuávamos a ser violentadas pelo racismo e sexismo da sociedade.

No ano de 2002, retomo meus estudos, ingresso no Curso de Pós-Graduação/Especialização em Educação, também pela UFPel, período que me deparei com o desafio da pesquisa, tratando dos silenciamentos das crianças em sala de aula e

que, de certo modo, me fez perceber o silenciamento das crianças negras e muitas das vezes meu próprio silenciamento.

Passado mais um tempo, em 2013, ingresso no Curso de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Educação, pela Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA/Jaguarão. No começo dos trabalhos acadêmicos, percebi que iria conviver com pessoas diferentes, de outras cidades, de costumes e pensamentos diferentes, pois na turma a diversidade era presente, o que se percebia a partir dos sotaques. Cabe aqui observar que, neste ano, a política de cotas implementadas a partir da Lei nº 12.711/2012 em muitas universidades brasileiras não haviam se efetivado.

Este foi outro momento balizador, pois estava atuando como responsável da pasta da Diversidade na 5ª Coordenadoria Regional da Educação/5ª CRE/Pelotas (Negros/Quilombolas, Indígenas, LGBTs) e pela pasta da Educação das Relações Étnico-Raciais, na Secretaria Estadual da Educação/SEDUC/Porto Alegre. Considero balizador por me exigir um caminho traçado em um triângulo amoroso, Pelotas/Jaguarão/Porto Alegre e vice-versa, que permitiu com que superasse minhas limitações físicas, aprendendo a reconciliar estudo e trabalho novamente.

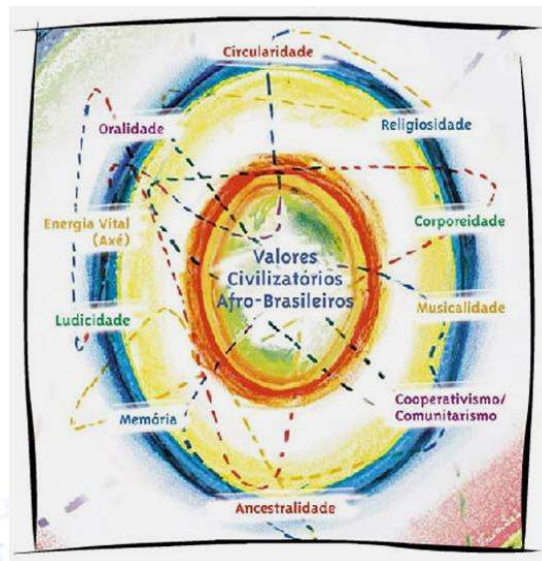
Tive que ser um pouco “Exu”, buscar minha própria interpretação dos fatos e ações a serem realizadas, alicerçada na forma ancestral que vivi a partir da experiência e modo de ver o mundo familiar. “A exunêutica é a forma filosófica africana de interpretação... a noção de localização das formas de ver o mundo e de se ver no mundo, dando voz às formas africanas de questionamento, concepção e reflexão. É a experiência africana que proporciona a “exunêutica”¹⁶.

Entre várias possibilidades através da efetivação do processo de formação continuada para os professores da rede estadual de ensino, um momento marcante e significativo foi podermos passar pela formação oferecida em parceria (SEDUC e), em 2013, o Projeto A Cor da Cultura, um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira, que surgiu da parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, a TV Globo e a Seppir - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem buscado parceria com as instituições gestoras da educação em estados e municípios de todo país.

¹⁶ SILVEIRA, Hendrix. “Não somos filhos sem pais”: história e teologia do Batuque do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Faculdades EST, 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Teologia – área de concentração Teologia e História) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2014. p. 124.

Aqui no RS, foi articulada a terceira fase do projeto, A Cor da Cultura III, neste período entre aprendizagens e trocas oportunizadas por este, fui reorganizando algumas outras questões traduzidas a partir do que chamavam de valores civilizatórios, revitalizei minhas energias, me encontrei na roda, num território representado pela circularidade, como se estivesse na capoeira, no jongo, no tambor de crioula, na gira da umbanda, no samba ou numa festa *black*.

Figura 2



Fonte: Projeto A Cor da Cultura¹⁷

Apreendi a ler as lições que a vida coloca a cada dia, lembrei que existir suscita a presença do outro, que carregamos uma história dos que vieram antes e estão presentes no hoje, que encantaram e encantam com o corpo e com sua oralidade. Me encontrei, resolvi atravessar outras pontes, enfrentar desafios novos, me lançar.

É difícil, mas dá para encarar, é no fazer vivendo, sentindo e aprendendo com trabalho coletivo, encontrei os limites entre estar na gestão e os grupos de interlocutores da rede de ensino. Me permitiu compreender que há questões e situações que facilitam e outras que limitam as possibilidades de construção de trabalho coletivo, mas também, como outras mulheres negras, percebi que escolher a educação foi um ato e projeto político emancipatório.

Foi um período muito intenso, me exigiu energia redobrada, muita força, muito axé e a confiança nos meus guias espirituais. Sim, axé, que encontrei na acolhida de cada pessoa que encontrei durante o percurso, nas viagens pelo estado, na sonoridade

¹⁷ www.acordacultura.org.br

percebida em lugares, espaços, cidades diferentes, experiências que foram ímpares e ricas.

Cabe observar que tive o privilégio de poder fazer parte de outras construções que também fortaleceram minha prática e possibilitaram outros conhecimentos, como por exemplo, fazendo parte da Comissão Organizadora do Projeto de Extensão “Cotas: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola” (Departamento de História/ICH/UFPEL); Comissão Organizadora da CONAE/Conferência Intermunicipal de Educação (2013); Membro do Comitê Científico do IV Concurso Literário na temática Afro-Brasileira do IFSul Pelotas.

Já me vi em dias daqueles, que estava exausta, irritada, com olheiras e querendo implodir o mundo, mas como eu não sou nenhuma estrela global, loira de olhos azuis, nem sou privilegiada, segui sempre trabalhando e muitas das vezes, postando em minhas redes coisas bonitinhas, mesmo em tempos que um monte de coisas "sérias" estavam acontecendo, ninguém nunca percebeu o quanto me consumia.

Posso dizer que trabalhei muito! Muitas das vezes deitava na madrugada, sono de três horas, acordava novamente e seguia. O que me revitalizava era perceber que diante dos desafios e muitas vezes, cansaço, havia, também, amor e cuidado de muitas gentes, amigas e amigos, que aqui também chamo de irmãos/ãos, gratidão a todas e todos por me tornarem mais forte em cada momento de construção das nossas pautas de luta.

Bem como, me levaram a pensar em enfrentar o desafio de ingressar no doutorado dando continuidade aos meus estudos, o que veio a acontecer com este novo momento, atravessando outras pontes, hoje me encontro no Programa de Pós-Graduação em Antropologia/ICH/UFPEL, ingresso que se deu em 2018.

Percurso da Militância

Vá em busca de seu povo.
Ame-o, aprenda com ele,
Comece com aquilo que ele sabe,
Construa sobre aquilo que ele tem.
(Kwame N’Krumah)¹⁸

Aqui pontuo as observações empíricas da minha trajetória de adolescente que, aos 14 anos (final dos anos 70), se aventura e se insere na luta pelo reconhecimento e reparações para o povo negro brasileiro junto aos Agentes de Pastorais Negros (APNs),

¹⁸ [Http://mandacarum.blogspot.com/2012/07/calendario-afro-brasileiro](http://mandacarum.blogspot.com/2012/07/calendario-afro-brasileiro)

grupos constituídos junto a Igreja Católica. Memória de menina que se enxergava negra ao se questionar, “porque não reconhecem e nunca nos tratam como frágeis?”, “eu sou parte de um grupo de mulheres com identidade de objeto?”.

Os APNs são pessoas engajadas na comunidade negra que lutam contra toda forma de racismo, sem pretensão de evangelizar, mas que não sendo pessoas neutras, não estão desvinculadas ideologicamente dos princípios e dogmas que envolvem o catolicismo. Como diz Adelmir Fiabani (2011, p.2) “... os movimentos sociais fizeram-se presentes nos debates sobre diversos temas. Preocupados com a situação social do negro, lideranças do movimento negro, setores progressistas da igreja, intelectuais e ativistas sugeriram alterações nas leis que regem a Educação e políticas públicas para a população afrodescendente ...”

E no seio das igrejas a palavra de ordem era: “Vamos enegrecer a igreja!”, superando o eurocentrismo e, para além dos ditames eclesiásticos, estabelecendo um verdadeiro, autêntico e profícuo diálogo com as religiões afro-brasileiras, e é neste momento que começo a buscar respostas aos questionamentos que me instigavam reflexão.

Um destes questionamentos era o que é ser negro no nosso país, ou melhor, o que é ser mulher negra, num contexto social em que a população negra, mesmo sendo metade da população brasileira, continua tendo sua identidade e história negada?

Um país onde temos uma Constituição Federal, que em seu Artigo 5º, diz que: “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza ...” (Brasil, 1988), mas essa igualdade está longe das ditas “minorias”, aqui em especial, a população negra, pois a prática se apresenta diferente, definindo posição social, política e econômica a partir do pertencimento étnico-racial.

Há uma hierarquização posta, a cultura branca do europeu em nosso país, tem privilégios frente às demais etnias, não sendo diferente frente a população negra. Esta hierarquia, estabelece um abismo que é provocado por discursos, práticas racistas que impedem o desenvolvimento e valorização da identidade, cultura negra.

Ser negro no Brasil é “foda”, ser mulher e negra mais ainda, retomando o questionamento do que é ser negro em nosso país, percebo que a muito já estamos enquanto negros discutindo, tentando buscar resposta para esta questão. O que marca essa negritude, o fenótipo ou sua ancestralidade, identificação cultural?

Nesse cenário, somos nós, as mulheres negras, que sentimos o impacto de políticas que tensionam em si mesmas as estruturas racistas, patriarcais, sexistas e

heteronormativas, que coloca as mulheres negras em condições subalternas e passíveis de objetificação. E estas políticas são sentidas pelas mulheres negras de forma substancial e perceptível de desigualdade, pois são estas políticas reacionárias que potencializam a conta cara e criminosa que infelizmente as mulheres negras acabam pagando com suas vidas.

Esta trajetória me permitiu acompanhar, como militante e professora negra, diferentes momentos que pontuo na sequência, mas acima de tudo me possibilitou perceber que nunca vivemos em uma democracia racial e que adquirindo essa consciência, reconheço as diferenças que nos marcam negativamente como indivíduos.

Foi a partir desta percepção que busquei fazer parte de todos os momentos que seguem, com a perspectiva de contribuir com saberes que conseguisse socializar com meus coletivos negros. Neste momento, percebia que da auto identificação vinha a luta, nesta luta, o desafio de protagonizarmos uma história que nos diz respeito e nunca foi devidamente contada. Hoje temos condições de explorar e questionar os pontos de vista históricos a partir de um olhar dos negros, muito se tem ainda a percorrer, mas posso dizer que estamos mais fortalecidos.

Socializar, principalmente, nossa história de resistência e luta, que não se resumia e nem se resume a história mal contada nos livros didáticos oferecidos nas escolas e muito menos, na formação de professores, pois sempre negou a valorização da nossa história e cultura. Ou por outro lado, o que não é tão diferente hoje, mesmo com todos os avanços que foram fruto da nossa luta como militantes, tratada como secundária, sem reconhecimento nos currículos das instituições de ensino, ainda vista a partir da escravidão ou como folclore no carnaval e no futebol.

Os momentos que seguem, foram e ainda são importantes na minha cainhada e construção individual e coletiva, pois tive a grata oportunidade de vivenciar o projeto de Lei nº 3515/1992 da Câmara de Vereadores de Pelotas, que já incluía na disciplina de História das escolas de 1º e 2º grau do município de Pelotas o “[...] ensino relativo ao estudo da raça negra [...]”, me oportunizou a participar do Conselho Estadual de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra/RS, como conselheira representante da região sul (2001-2003) e depois como vice-presidente (2013-2014). Participei da coordenação de organização da Primeira Conferência Estadual da Comunidade Negra no RS (2003), do Primeiro Congresso de Negras e Negros de Pelotas (2016) e como colaboradora de cinco edições do Acampamento Regional de Cultura Afro, na cidade de São Lourenço do Sul, bem como, participar do Projeto

CABOBU /Encontro dos Tambores do Sul, idealizado pelo músico Giba Giba (em memória), cuja sigla foi criada em homenagem aos carnavalescos pelotenses Cacaoio, Boto e Bucha, o que também, vir a me tornar uma das fundadoras do Projeto Odara.

Não menos importante diante do que até aqui relatei, ter participado da Marcha das Mulheres Negras realizada no dia 18 de novembro de 2015, que levou para Brasília cerca de 50 mil mulheres de todos os estados do país, foi muito gratificante, ação que foi o resultado dos esforços de coletivos de mulheres negras em diferentes frentes de lutas, que ao longo de três anos em lugares diferentes no território brasileiro e do mundo, acreditaram na construção de um momento político e legítimo que possibilitasse revelar e visibilizar as nossas lutas, nossa resistência, nossas denúncias, nossas angústias e ouvir as vozes de mulheres negras.

Esta marcha se constituiu num marco para o movimento de mulheres negras no Brasil e o mais importante movimento político no ano de 2015 com o tema “Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver”. Para a AMNB¹⁹ e suas afiliadas, a construção deste processo foi extremamente importante para garantir o fortalecimento político em nosso país da luta das mulheres negras.

Nesta experiência o que mais me chamou atenção e me mobilizou a ir para Brasília, foi a estratégia de comunicação e mobilização construída e que se efetivou com a marcha, marcamos um modo de fazer comunicação e mobilização ímpar, a partir dos ensinamentos antigos do “correio nagô”²⁰ e do boca a boca, aproximando lugares, bem como, utilizando de forma inovadora ferramentas de comunicação que, ao se linkar as vozes discursivas, bandeiras e faixas, produziram um eco mundial.

Nesta construção, participei de algumas agendas, de debates, rodas de diálogo promovidas por algumas instituições do movimento negro aqui no estado do Rio Grande do Sul. Evocamos através de diferentes vozes negras o sentido de viver africano orientado pelas nossas ancestrais, que nos ensinaram e ensinam que “Nossos Passos Vêm de Longe” e, que quando “Uma Sobe Puxa a Outra”, o que se materializou em grito de luta durante a marcha. Maravilhoso e incrível ao mesmo tempo, ver cada estado, município, comunidades e coletivos com suas cores diversas representadas em suas camisas, banner e nas fotografias produzidas ao longo do percurso.

¹⁹ AMNB/Articulação de Mulheres Negras Brasileiras

²⁰ Correio nagô - Boletim informativo nacional de circulação interna da organização Movimento Negro Unificado/MNU. O boletim era organizado e distribuído pelo MNU da Bahia e sua sede se encontrava na cidade de Salvador, divulgava informações e textos de todos os estados, mostrando os acontecimentos mais importantes em todas as seções do MNU pelo Brasil.

Em cada uma dessas peças, percebia algumas das características, identidades e subjetividades que nos diferem na história, no fazer e construir política, bem como, no ser mulher negra em cada região do País ali representada. Por todas as impressões aqui apresentadas é que não poderia deixar de pautar este momento, pois a marcha é parte da minha construção e história.

Nessa militância e trajetória, encontro a busca por equidade, que tem sido a bandeira de luta dos movimentos sociais, organizações da sociedade civil, de governos em diferentes esferas e de atores que atuam diretamente na busca por uma educação de qualidade e antirracista.

Observo que este processo me possibilitou perceber e descobrir as dificuldades e as adversidades impostas para quem deseja apenas poder exercer seus direitos. Mas, também, me ensinou a conviver com outras pessoas, refletindo e respeitando as diferenças.

Compartilho da ideia de que a Educação e Cultura é parte determinante na (re)construção de valores fundamentais na luta contra o racismo. Que a defesa da preservação dos espaços urbanos como lugares de memória coletiva, de construção de processos identitários, implicam em resistência política, educacional e cultural diante de projetos autoritários e utopias urbanas retrógradas.

Ponto aqui, a partir da ideia compartilhada acima, que na cidade de Pelotas, reconhecida como sendo a mais negra do interior do Rio Grande do Sul, mesmo com todo um contingente expressivo de negros, a vida continua não sendo fácil. Portanto, pensar nas questões voltadas a exclusão urbana em uma cidade que se constituiu a partir da mão de obra negra escravizada em espaços charqueadores é, minimamente, pensar em todo um processo de exclusão e marginalidade em que os negros foram colocados. Isto me instiga!

Não nos adianta olharmos o passado cruel da população negra deste país se não tentarmos conter a segregação explícita que se perpetua e está enraizada no presente. Só assim vamos construir um futuro possível para todas e todos que residem ou em outros espaços, como por exemplo dos povos tradicionais, onde projetam viver e solidificar suas identidades.

Espero que este texto se torne o primeiro de muitos que venham a instigar e produza reflexão efetiva sobre os processos de exclusão, onde nós mulheres somos a maioria afetada. Temos que buscar referências que tratem desta questão, raros espaços surgem para que se possa discutir sobre e, por isto, analisar se torna fundamental para

que consigamos pensar em espaços possíveis de equidade, uma sociedade justa e democrática.

Também me permitiu verificar que a formação individual construída em outros espaços (não formais), traz consigo uma importante contribuição e que as ditas “minorias” (negros, pobres, indígenas, homossexuais) não podem e não devem desistir de lutar por seus espaços de direito.

Como já disse Charlot:

Tal direito só pode ser conquistado por meio de lutas,
E essas lutas só podem obter resultados se fizerem parte
De um movimento maior de lutas por uma sociedade
E por um mundo solidários, igualitários, justos, livres dos
Processos de dominação e exclusão. (CHARLOT, 2005, p.150)

No ano de 2016, fui convidada a compor como membro fundador, o Centro Cultural Marrabenta²¹ /Pelotas-Maputo, fundado no dia oito de maio de 2016, o centro de cultura Afro-brasileira (conexão Brasil-Moçambique) se estabeleceu como sendo um espaço representativo das culturas e tradições africanas radicadas no Brasil (em especial no tocante às do sul do Brasil), neste espaço acabei assumindo a coordenação geral, o que está posto até o momento.

Hoje, um novo momento, me encontro ocupando “a casa mais vigiada do Porto”, segundo um dos moradores, sou uma das ocupantes da Ocupação Canto de Conexão, espaço onde tenho a grata oportunidade de compartilhar aprendizagens, saberes e experiências múltiplas com alunos da UFPEL que procuram a casa como acolhimento para estudar em Pelotas, superando a dificuldade de moradia o que lhes permite continuar estudando, bem como, com a comunidade do entorno que acolhe as iniciativas da casa.

A Ocupação Canto de Conexão surgiu dentro da luta por moradia, é um espaço solidário, cultural e educacional. A sua função é promover um ambiente que busque minimizar os aspectos negativos vivenciados no local com intervenções de arte, cultura e educação para a comunidade gerando um ambiente de troca e construção coletiva. Algumas palavras chaves definem e contextualizam a Ocupação Canto de Conexão: Educação ambiental e política; Formação educacional; Manutenção de uma economia solidária entre outras.

²¹ MARRABENTA, gênero folclórico do sul de Moçambique, nome escolhido para este Centro Cultural.

Hoje, chegarmos no espaço da Ocupação, saber que é um espaço de construção a partir da leitura dos meus pares, que chegamos onde nos encontramos hoje por conta desse nosso trabalho de formiguinha que a gente sabe fazer muito bem e que a cada dia se amplia através da participação de outros é, sem dúvidas, perceber que resistir é possível.

Espaço este que aponta outra forma possível de vivência coletiva anárquica e antifascista, espaço que, percebo, recria e apresenta a forma civilizatória africana, com respeito ao diferente o que de certo modo, nos inspira a sermos porque outros são, se manifesta nos princípios da partilha, da preocupação e do cuidado mútuos, assim como da solidariedade.

Nessa relação entre as pessoas neste espaço envolvidas, se estabelece uma reconstrução tecendo circularidade, o que tento explicitar abaixo através de outra poesia.

Ocupação Canto de conexão

Essa casa de gente que é gente
Esta casa de gente tão diferente
Casa de um, dois, três e tantos
Esta casa de tanta gente sorridente
Esta casa que gira o meu sol
Esta casa onde o galo canta, o galpão late
Onde tem uma horta, pra mim gigante
E as gentes que nela vivem
São coração pulsante, inquietante
Esta é a casa que me tornei amante!²²

Não posso deixar aqui de pontuar, minha participação junto a Comissão de Avaliação e Fiscalização da Concessão de Bolsa Permanência a alunos/as Indígenas e Quilombolas/CID/UFPEL. Percebo que já conseguimos superar algumas barreiras, mas alguns processos de exclusão estão arraigados na nossa sociedade e penso que irão permanecer entre gerações, se permitirmos, até serem transformados.

Considerações Finais - A interface autoetnográfica

Percebendo que a sociedade se caracteriza pela diversidade de identidades e culturas, tentei observar aqui, mesmo que de modo simples e/ou, não tão aprofundado, elementos que traduzem minha trajetória na construção da minha identidade. Na interface tecida entre três momentos que possibilitou uma circularidade que une cada

²² Medeiros, Marielda. Escrita que compõe o fanzine Mana Negra/Negritude Poética, lançado em dezembro de 2018.

um deles e especialmente, me possibilitaram construir e identificar dentro de mim uma afrocentricidade.

Ao longo dessa escrita, busquei construir um texto com o objetivo de olhar minha trajetória como se refletida num espelho, mesmo que alguns a tomem como narcisista, refazer o exercício de deixar a memória fluir e a partir dela observar questões de vida, ensino-aprendizagem e ativismo, demonstrar-me como alguém que se construiu de forma afrocentrada pelo lugar mesmo de fala e de existência. Por essa razão, a autoetnografia me pareceu a escolha mais adequada, me possibilitando dar voz a memória, que também me faz perceber o quanto tenho que me descolonizar.

Questionar os discursos e crenças tão arraigados vislumbrando a possibilidade de escrever novas histórias. Histórias que só podem ser escritas quando nos envolvemos e nos permitimos ouvir a voz dos de outros. O que podemos vislumbrar quando as histórias começam a serem contadas a partir da negação? Quando temos e vivemos em um espaço que viola e nega direitos?

Ao concluir essa escrita autoetnográfica, compartilho um último acontecimento. No último dia 03 de maio, durante minha fala, em uma aula do Curso de Especialização em Educação Infantil/FaE/UFPEL, onde observava a trajetória aqui apresentada e me fixava mais na minha infância, para minha surpresa, uma das alunas, Mere, relatou algo me tocou muito. Comentou dizendo “Marielda, desculpa, tenho que interromper e dizer aqui na frente deste grupo o quanto sou grata por ter te conhecido, por ter aprendido muito contigo, o quanto cresci com nossa convivência”, dois segundos sem fala, respirei e concluí dizendo aquilo que já foi dito por Larrosa (2002, p.21), “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”.

Como a experiência de me encontrar com outras mulheres no Seminário das Mulheres do campo, das águas, florestas e cidades, compondo uma mesa com mulheres quilombolas onde tivemos a possibilidade de nos ouvir e pensar políticas públicas de equidade para todas. Sim, caminhamos juntas, andamos lado a lado, percebemos nestes nossos tempos de incertezas e desmonte de várias conquistas, a necessidade da unidade nas nossas lutas, somos muitas, bisavós, avós, mães e filhas, somos mulheres, somos guerreiras!

O Seminário cumpriu com o objetivo de estabelecer espaços de diálogos entre os diferentes docentes, discentes e comunidade acadêmica e comunidade em geral trazendo para a pauta a situação das mulheres, os problemas que enfrentam, as lutas que são

travadas cotidianamente, suas conquistas, seus protagonismos e seus desafios para implementação de políticas públicas.

Eu, mulher negra, militante, que se encontrou aos 14 anos, mesmo quando me gritaram “negra”²³, mãe que hoje se orgulha de perceber que sua filha se empodera, soltando seu cabelo, achando-se linda e percebendo a beleza blackpower em outras mulheres.

Estar hoje dando continuidade na luta e contribuindo na luta dos direitos humanos, fortalecendo as pautas das mulheres, denunciando qualquer tipo de violência que as mulheres sofrem, mesmo que em um dado momento também venha a violentar por conta das dores que carregamos, por conta de uma paixão, que um dia me impulsionou a cometer besteira, adoeci, nunca me abati, continuo faceira e me faz perceber o quanto ainda tenho a aprender e partilhar.

A partir do foi até aqui exposto, penso que não nos adianta olharmos o passado cruel da população negra e em particular das mulheres negras, observando o que foi pontuado por minhas companheiras da mesa “Comunidades Quilombolas, territorialidades e autonomia das mulheres”, no seminário já citado, no sentido de assumirmos que neste país temos que de alguma forma tentarmos conter a segregação explícita que se perpetua e está enraizada no presente.

Só assim vamos construir um futuro possível para todas e todos que aqui residem e projetam viver e solidificar suas identidades. Neste sentido se fazem necessárias políticas sociais, educacionais e culturais reparadoras que incluam, que possibilitem a mudança necessária para que tenhamos equidade nas relações com nossos espaços, isto, se faz necessário e urgente.

Minha radicalidade amorosa hoje, atravessada por situações que me tocam como mulher negra militante, me permite finalizar essa escrita desta forma, pois não seria eu se não falasse de paixão e principalmente, do cuidado comigo e com outros. Por que não seria eu? Porque sou muito intensa e comprometida com tudo que atravessa minha razão e meu coração, por ser hoje a Antropologia um desafio novo, que me atravessa, que me toca.

A autoetnografia se revela pra mim como um chamado a criação de uma contação da minha história ou parte dela, pois não sei se contemplei tudo que guardei e guardo a partir da memória, na teia de ligações entre a vida e as experiências que tento

²³ Me gritaram negra de modo pejorativo, que me negavam, invisibilizavam e tentavam me desumanizar.

materializar no texto presente. Certamente, todas as palavras importam, eu escrevo para este momento de criar um texto autoetnográfico, que diga um pouco de mim, do meu modo de ser, pensar e agir, do meu viver no o mundo que é meu e de outros.

Concluo esta escrita dizendo gratidão, são tantas gentes que me trouxeram sofrimento e dor, são tantas gentes que me amam, são tantas gentes que me constroem. Gratidão, por ser a resposta a tantos encontros e desencontros que foram se materializando em diferentes espaços/tempos.

Sim, gratidão pelos momentos de amorosidade, carinho e solidariedade comigo, por me ampararem muitas vezes em seus lares, dividirem comigo suas rotinas e famílias, muitas ainda hoje, um pouco minhas. Gratidão as amigas que sempre me ampararam e sempre me amparam nos meus momentos de devaneios, loucuras, ansiedades e medos, que me fazem “puxar o freio”, dizem quem eu sou e cantam, na hora certa a minha canção, amigas fortes que me estendem os braços, me abraçam e me abençoam.

Essa escrita talvez não tivesse começado se não tivesse acontecido o encontro de amor entre Thereza e Ayres (em memória), ao meu encontro amoroso com Mikaela (minha filha) e meus familiares que sempre compreenderam minhas ausências e me incentivaram a continuar. Todo amor a vocês!

Referências

ARAÚJO, M. *Essa Tal Apropriação Cultural, Canal Muro Pequeno*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFwJkIO-CwU&t=305s>. Acesso em 10 de nov. de 2017.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o Saber, Formação dos Professores e Globalização: questões para a educação hoje*, Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHAUÍ, M. DE S. *Convite à Filosofia*. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

FARIAS, P. F. De Moraes. “Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural”. In *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), 317-343.

GOMES, N. L. *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2008.

LARROSA, Jorge. *Nota sobre a experiência e o saber de experiência*. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p. 20-28, jan/fev/mar/abr. 2002.

MUNANGA, K.(org). *Superando o racismo na escola*. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. *Os Orixás de Abdias. Pinturas e poesia de Abdias Nascimento*/Organizadora Elisa Larkin Nascimento. Brasília: IPEAFRO e Fundação Cultural Palmares, 2006.

OYÈWÚMI, Oyèronké. *Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies*. Signs, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium (Summer, 2000), pp. 1093-1098. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha.

RAMOS, G. A *Invisibilidade da Estética Negra*. Blogueiras Negras – Site Eletrônico, 2014. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2014/01/20/esteticaliberdades-moda-e-identidade/>.

SILVEIRA, Hendrix. “*Não somos filhos sem pais*”: história e teologia do Batuque do Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Faculdades EST, 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Teologia – área de concentração Teologia e História) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2014.

XAXIER, José Valterdinan Mesquita, “*A relação afrocentrismo x afrocentricidade: uma breve consideração*” In Filosofia Africana Brasil. edição N. 1. Novembro/2017 - revista eletrônica - Disponível em: <<http://www.filosofiaafricanabrasil.com/single-post/2017/11/22/A-RELA%C3%87%C3%83OAFROCENTRISMO-X-AFROCEN-TRICIDADE-UMA-BREVE-CONSIDERA%C3%87%C3%83O>>. Acesso em maio de 2019.